

O Perfil do Professor Coordenador Pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Uruguaiana/RS¹

Silvia Esther Azambuja Pereira²
Julio Cesar Bresolin Marinho³
Edward Frederico Castro Pessano⁴

Resumo

A presente investigação trata-se de um trabalho qualitativo exploratório que busca identificar o perfil dos Professores Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino no município de Uruguaiana/RS. Inicialmente foi aplicado um questionário onde foi possível traçar as características dos investigados, diagnosticando suas dificuldades no desenvolvimento das suas práticas diárias e sobre o processo de reflexão crítica em relação aos múltiplos papéis assumidos por estes nas escolas da Rede Municipal. Através desse instrumento de pesquisa, também foi possível verificar a importância das reuniões de formação continuada promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, SEMED, no auxílio aos Professores Coordenadores Pedagógicos no desenvolvimento de suas funções. Os resultados indicaram que os Professores Coordenadores Pedagógicos possuem a percepção da sua importância dentro do sistema educacional da escola, atuando como mediadores do processo pedagógico e no auxílio aos professores. Segundo os dados encontrados, os investigados acreditam que as reuniões de formação continuada são fundamentais para as suas atuações nas instituições escolares e que a troca de experiência e informações entre seus pares, colabora para a qualificação de suas práticas. Os resultados encontrados corroboram com outros autores, salientando que o papel dos Professores Coordenadores Pedagógicos são imprescindíveis dentro da construção pedagógica nos estabelecimentos de ensino.

Palavras-chave: Coordenadores Pedagógicos. Ensino Fundamental. Perfil.

¹ Este artigo foi elaborado conforme as normas da Revista *Temas em Educação* <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rteo/about/submissions>> (Apêndice C).

² Autora do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em Ciências da Universidade Federal do Pampa – Campus Uruguaiana. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade do Norte do Paraná. Professora Coordenadora Pedagógica na Rede Municipal de Ensino do município de Uruguaiana/RS. E-mail: silviaestherazambujapereira@gmail.com

³ Co-orientador do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em Ciências da Universidade Federal do Pampa – Campus Uruguaiana. Mestre e Doutorando em Educação em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Professor do Curso de Ciências da Natureza – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa – Campus Uruguaiana. E-mail: juliomarinho@unipampa.edu.br

⁴ Orientador do Trabalho – Professor da Universidade Federal do Pampa – Campus Uruguaiana. Doutor em Educação em Ciências. Professor do Curso de Ciências da Natureza – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa – Campus Uruguaiana. E-mail: edwardpessano@unipampa.edu.br

Abstract

The present investigation is an exploratory qualitative assignment which seeks to identify the profile of Pedagogic Coordinators Teachers in the Municipal Schools situated in Uruguaiana/RS. Initially, it was applied a questionnaire where it was possible to trace the characteristics of the investigated people, diagnosing their difficulties in the development of their daily practices and about the critical reflexion process in relation to the multiple roles played by the interviewed in Municipal Schools. Through this research tool, it was also possible to verify the importance of the continued formation meetings promoted by the Municipal Education Secretary, SEMED, helping Pedagogic Coordinators Teachers in the development of their functions. The results indicated that the Pedagogic Coordinators Teachers have the perception of their importance in the school's educational system, acting as mediators of the educational process and helping teachers. According to the found data, the investigated believe that the continued formation meetings are fundamental to their performances in the school institutions and that the exchange of experience and information among their pairs contribute to the qualification of their practices. The found results corroborate with other authors, stressing that the role of Pedagogic Coordinators Teachers is indispensable in the pedagogic building in educational establishments.

Key-words: Pedagogic Coordinators. Elementary School. Profile.

1 Introdução

O dicionário Larousse Cultural (1992) traz a definição da palavra coordenar: “*dispor em certa ordem, segundo determinado sistema, organizar, arranjar*”. Essas significações possibilitam-nos refletir sobre a função do Coordenador Pedagógico dentro das instituições escolares: é aquele profissional que organiza, orienta e harmoniza o trabalho do corpo docente, visando a efetivação do Projeto Político-Pedagógico. Considerando ainda que quem gerencia a prática pedagógica de sala de aula é o professor, o Coordenador Pedagógico, segundo Vasconcellos (2006, p.89) tem as seguintes atribuições:

- Acolher o professor em sua realidade, em suas angústias;
- Fazer a crítica dos acontecimentos, ajudando a compreender a própria participação do professor no problema, a perceber as suas contradições (e não acobertá-las);
- Trabalhar em cima da ideia de processo de transformação;
- Buscar caminhos alternativos; fornecer materiais; provocar para o avanço;
- Acompanhar a caminhada no seu conjunto, nas suas várias dimensões.

A Rede Municipal de Ensino do Município de Uruguaiana/RS, possui atualmente 16 escolas de Ensino Fundamental, sendo 10 urbanas e 6 rurais. A Rede conta atualmente, com 37 Professores Coordenadores Pedagógicos que atuam junto a 653 professores do Ensino Fundamental e 11.828 alunos do 1º ao 9º ano (Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação).

Tendo em vista os preceitos e aspectos citados anteriormente, o presente trabalho refere-se à questão da coordenação do trabalho pedagógico realizada dentro das escolas da Rede Municipal de Ensino, que é feita efetivamente pelos profissionais denominados “Professores Coordenadores Pedagógicos”. Esses profissionais estão em busca da sua identidade profissional e autores como Celso Vasconcellos (2006) e Paulo Freire (1982 e 2000) foram fundamentais para embasar esse estudo devido às inúmeras publicações sobre o tema.

Neste sentido, para melhor conhecer a realidade desses profissionais, fez-se necessário investigar o perfil dos Professores Coordenadores Pedagógicos, quais são as suas principais atribuições e quais são as maiores dificuldades encontradas no trabalho de Professor Coordenador Pedagógico na Rede Municipal de Ensino do município de Uruguaiana/RS.

O interesse pelo tema surgiu a partir da atuação da autora principal deste trabalho na Rede Municipal de Ensino como “Professora Coordenadora Pedagógica” em uma escola do meio rural. Licenciada em Matemática e Especialista em Gestão Escolar, a referida investigadora começou a observar, durante as reuniões mensais de formação continuada promovida pela SEMED, que muitos de seus pares não possuíam a clareza de quais eram suas atribuições dentro das escolas e que sentiam dificuldade em realizar o seu trabalho por não terem a habilitação específica em Supervisão Escolar ou Gestão Escolar. Nesse aspecto, Vasconcellos (2006, p.85) nos traz a seguinte reflexão:

Afinal de contas, qual o papel da supervisão? Diversas são as reclamações que emergem do cotidiano dos coordenadores: sentem-se sozinhos, lutando em muitas frentes, tendo que desempenhar várias funções. Qual seria sua efetiva identidade profissional? A sensação que têm, com frequência, é de que são “bombeiros” a apagar os diferentes focos de “incêndio” na escola, e no final do dia vem o amargo sabor de que não se fez nada de muito relevante... Sentem ainda o distanciamento em relação aos professores, a desconfiança, a competição, a disputa de influência e de poder, etc.

A partir da análise das atribuições previstas em Plano de Carreira, verificou-se a dimensão do trabalho do Professor Coordenador Pedagógico nas escolas da Rede Municipal de Ensino e percebeu-se que esta pesquisa vem ao encontro das reais necessidades da demanda escolar. Partindo de tais necessidades, este estudo teve como objetivo geral traçar o perfil dos Professores Coordenadores Pedagógicos que atuam na Rede Municipal de Ensino do Município de Uruguaiana/RS.

2 Metodologia

Os caminhos escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa foram: questionário aplicado aos Professores Coordenadores Pedagógicos do Ensino Fundamental (Apêndice A) e acompanhamento de cinco reuniões de formação continuada dos Professores Coordenadores Pedagógicos, promovidas pela SEMED (Apêndice B). O referido questionário foi aplicado no segundo semestre de 2015, durante uma reunião de formação continuada, na SEMED, onde estavam presentes 20 Coordenadores Pedagógicos.

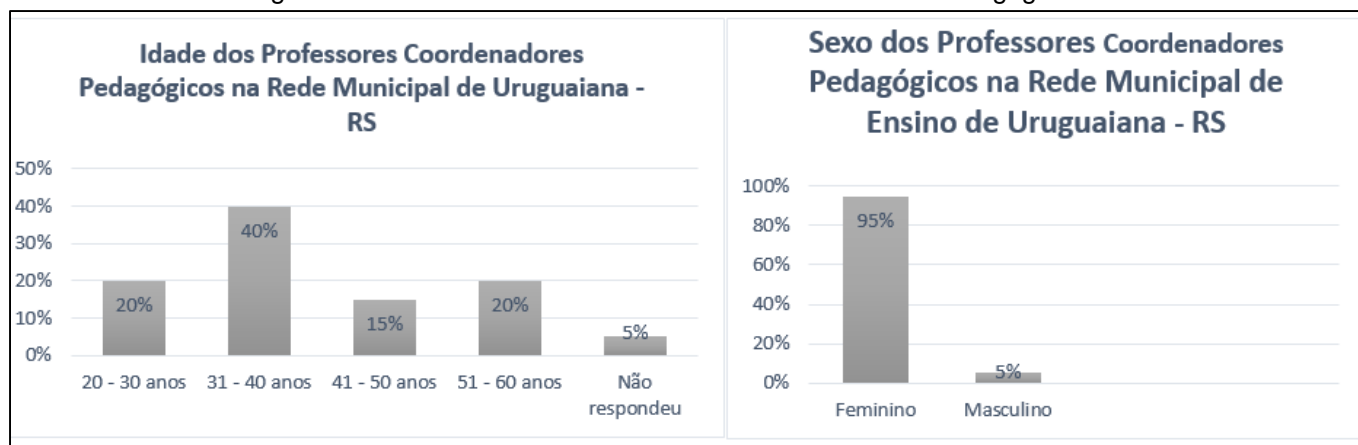
O método de análise dos dados coletados se deu através da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (1977) e estes foram calculados utilizando percentual simples. Os Coordenadores Pedagógicos sugeriram temas para as reuniões de formação continuada e as suas respostas foram apresentadas através de uma nuvem de palavras, de acordo com Silva (2013).

3 Resultados e Discussão

3.1 O Perfil dos Professores Coordenadores Pedagógicos do Município de Uruguaiana/RS

A partir dos dados coletados na presente pesquisa, foi possível verificar que os Professores Coordenadores que atuam na Rede Municipal de Ensino do município de Uruguaiana/RS são, a grande maioria, mulheres que possuem de 31 a 40 anos de idade, conforme mostra a figura 1:

Figura 1 – Idade e Sexo dos Professores Coordenadores Pedagógicos



Dados tabulados a partir do questionário respondido pelos Professores Coordenadores Pedagógicos do município de Uruguaiana/RS

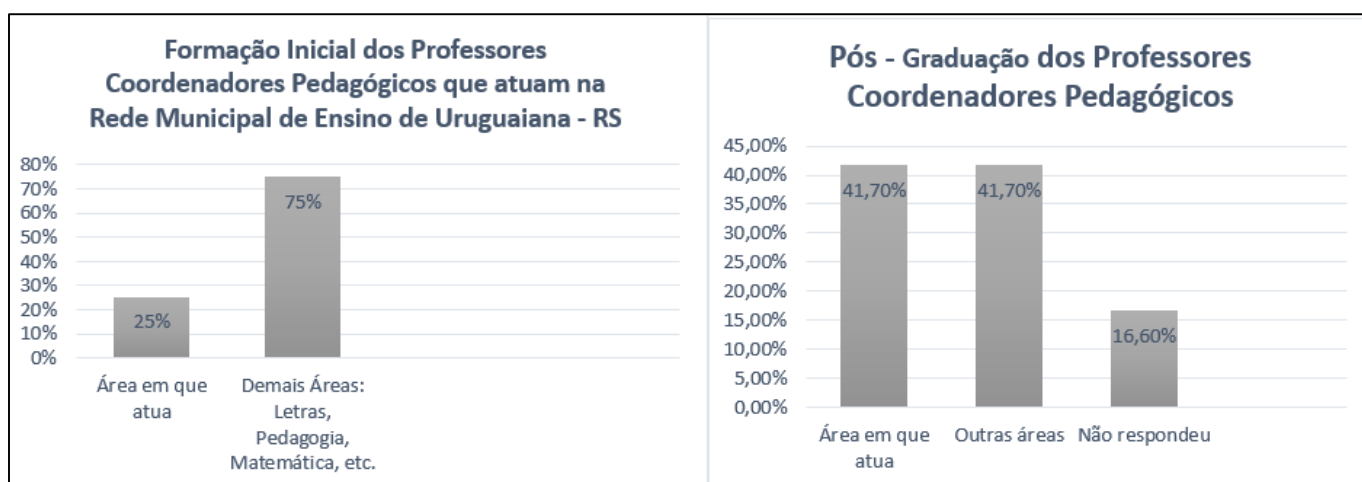
A partir da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96, foi definida a forma de ingresso dos “especialistas em educação” em sua área de atuação:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a

educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (Brasil, 1996, Art. 64)

Porém, a partir do Concurso Público de 2011, para ingresso no quadro do Magistério, a Secretaria Municipal de Educação, SEMED, autorizou que docentes, habilitados em qualquer Licenciatura Plena, prestassem as provas de Concurso Público para ingressarem na Rede Municipal como Professores Coordenadores Pedagógicos. A grande maioria desses profissionais não possui habilitação específica em Supervisão Escolar, conforme mostra a figura 2:

Figura 2 – Formação dos Professores Coordenadores Pedagógicos



Dados tabulados a partir do questionário respondido pelos Professores Coordenadores Pedagógicos do município de Uruguaiana/RS

Esses profissionais, que estão à frente da gestão pedagógica das escolas da rede pública municipal possuem, 75%, habilitação em outras áreas de formação: Letras, Pedagogia, Matemática, História, Educação Física, entre outras. Porém, 42% dos Coordenadores Pedagógicos que responderam à pesquisa, procuraram realizar Curso de Especialização na área em que estão atuando, conforme mostra a fala do Coordenador Pedagógico A:

“Antes de eu ter a formação em Supervisão e a pouca experiência na área sentia dificuldades com relação a diversas coisas do próprio cotidiano. Hoje, com a formação e um pouco mais de experiência já compreendo e consigo empregar no meu trabalho diário.”

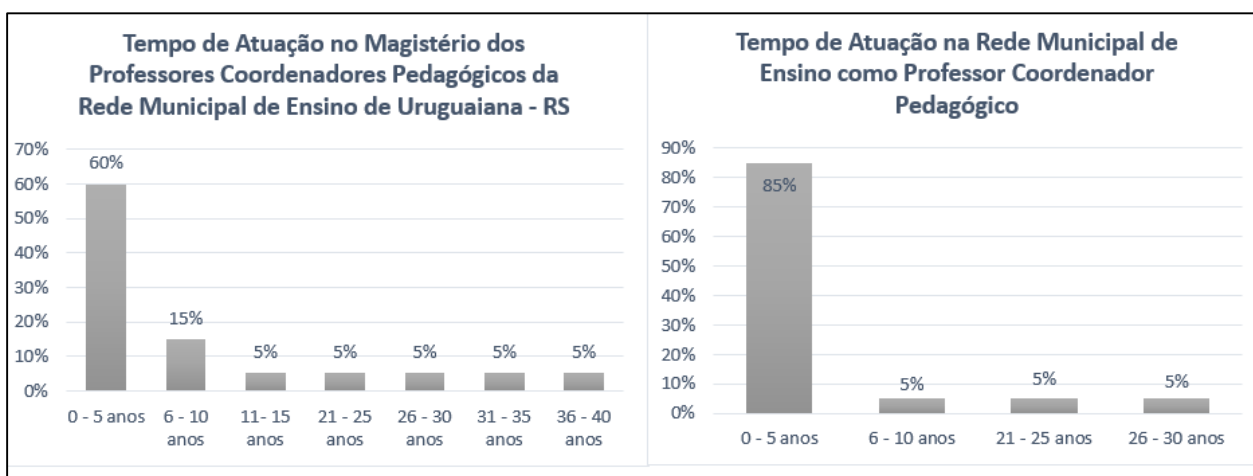
Segundo o PNE, Plano Nacional de Educação, a qualificação do pessoal docente se apresenta como um dos maiores desafios da educação no país. A melhoria da qualidade do ensino, indispensável para assegurar à população brasileira o acesso pleno à cidadania e à inserção nas atividades produtivas, constitui um compromisso da nação e depende muito da qualificação/formação contínua dos docentes:

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e

garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (Brasil, 2014, Meta 16)

Os próximos gráficos mostram o tempo de atuação dos Professores Coordenadores Pedagógicos no Magistério e também o tempo de atuação desses profissionais como Professores Coordenadores Pedagógicos na Rede Municipal de Ensino:

Figura 3 – Tempo de Atuação dos Professores Coordenadores Pedagógicos



Dados tabulados a partir do questionário respondido pelos Professores Coordenadores Pedagógicos do município de Uruguaiana/RS

De acordo com os gráficos apresentados acima, foi possível constatar que 60% dos Professores Coordenadores Pedagógicos possuem de 0 a 5 anos de atuação no magistério e 85% estão atuando na função de Professores Coordenadores Pedagógicos de 0 a 5 anos, o que comprova que estes ingressaram a partir de 2011 na rede municipal de ensino.

Assim, foi possível traçar o perfil desses profissionais: a grande maioria são mulheres, de 31 a 40 anos de idade, que possuem formação inicial em áreas diferentes de sua área de atuação e estão na função a pouco tempo, de 0 a 5 anos.

Os Professores Coordenadores Pedagógicos foram questionados sobre as suas atribuições, sendo que um percentual significativo respondeu que é atuar como um mediador do processo pedagógico, conforme mostra a Tabela 1:

Tabela 1 – Do seu ponto de vista, qual é a sua maior atribuição enquanto Coordenador Pedagógico?

Atuar como um mediador do processo pedagógico	53%
Auxílio às atividades dos professores	35%
Outros	8%
Coordenar o grupo de docentes	4%

Fonte: Dados da Pesquisa

A partir das respostas obtidas, foi possível verificar que os Professores Coordenadores Pedagógicos possuem consciência da importância de sua função dentro das escolas e da sua atuação em conjunto com o corpo docente, conforme verificado a partir da fala do Professor Coordenador Pedagógico B:

“Atuar dentro da escola buscando refletir com os docentes em relação à prática pedagógica e os resultados atingidos pela mesma, sempre atuando de maneira conjunta com o grupo de professores para criar estratégias para melhorar o processo de ensino aprendizagem.”

Sabemos que a esfera de atuação do Professor Coordenador Pedagógico é bastante ampla e inclui as questões referentes ao currículo, ensino e aprendizagem, disciplina, avaliação da aprendizagem, recursos entre outros.

Medina (1997, p.99) salienta a importância do papel do Coordenador Pedagógico quando diz:

Tem uma contribuição específica e importante a dar no processo de ensinar e aprender: trabalhar com o professor na identificação das necessidades, das satisfações, das perguntas, das respostas possíveis e das inúmeras dúvidas que vão surgindo no fazer diário, atuando em conjunto com o regente de classe. Dessa maneira, supervisor e professor, cada um no lugar que ocupam dentro da escola, estariam simultaneamente, ora se assessorando no processo de ensinar, ora identificando as demandas (pedidos) da escola que emergem do agir e reagir diário com os alunos, pais e comunidade escolar.

Nesse sentido, Freire (1982, p.95) afirma:

A educação, não importando o grau em que se dá, é sempre uma teoria do conhecimento que se põe em prática [...] O supervisor é um educador e, se ele é um educador, ele não escapa na sua prática a esta natureza epistemológica da educação. Tem a ver com o conhecimento, com a teoria do conhecimento. O que se pode perguntar é: qual o objeto de conhecimento que interessa diretamente ao supervisor? Aí talvez a gente pudesse dizer: é o próprio ato de conhecimento que está se dando na relação educador/educando.

Supervisionar não é fiscalizar, mas sim, construir coletivamente, o que significa alcançar a participação de todos na caminhada da construção e da manutenção da proposta pedagógica da escola. Requer planejamento participativo, avaliação participativa, cooperação e um ambiente de trabalho aberto e democrático. Os Coordenadores Pedagógicos foram questionados sobre as dificuldades encontradas ao desempenhar sua função. A maioria dos Coordenadores Pedagógicos (35%) acredita que os docentes pensam que estão nas escolas para “fiscalizar” o trabalho desenvolvido por estes. Essa questão é retratada através da resposta do Professor Coordenador Pedagógico C à pergunta apresentada na Tabela 2:

“A falta de compreensão de alguns professores por achar que estamos fiscalizando seus trabalhos, mas na verdade estamos auxiliando para uma melhor qualidade no ensino aprendizagem.”

Tabela 2 – Quais as dificuldades que encontra em sua prática diária como Coordenador Pedagógico na Rede Municipal de Ensino?

A falta de compreensão e apoio dos professores	35%
A falta de recursos e/ou condições de trabalho	30%
A grande demanda e as múltiplas funções	15%
Aplicar a proposta pedagógica	5%
A realidade externa da escola	5%
A falta de experiência no cargo	5%
Não possuem dificuldades	5%

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com a visão de Vasconcellos (2006, p. 91):

O supervisor não pode “queimar” a relação com os docentes. Toda relação humana autêntica se baseia na crença da possibilidade do outro, de que ninguém é melhor ou superior a ninguém. Acreditar que o outro pode mudar, que o que lhe faltou até então foi efetiva oportunidade ou percepção da necessidade. Este é o ponto de partida: confiar que o professor pode mudar sua visão e postura em relação à prática pedagógica. Precisamos nos trabalhar nesta direção, desarmar preconceitos, buscar sinceramente esta crença.

Esta proposta de ação da Coordenação Pedagógica como ação conjunta onde todos ensinam e todos aprendem – leva o especialista em educação a uma ação dinâmica, não só burocrática (porque a burocracia faz parte das atribuições do supervisor, mas não é predominante).

Sendo assim, a definição das funções e atribuições relativas a uma função, é tarefa essencial para estabelecer uma linha de ação em sua atuação profissional. Múltiplas são as funções do Coordenador Pedagógico e, na prática, elas formam um todo indissociável com perfeita interação entre elas. A discriminação das funções e atribuições do supervisor é importante para o desempenho eficiente deste profissional, pois direciona o estilo de supervisão, ao mesmo tempo que fornece o suporte teórico necessário ao exercício de qualquer profissão.

Cabe destacar então que a Lei 4.111 Uruguaiana (2012), que estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Uruguaiana que institui o respectivo Quadro de Cargos e Funções e dá outras providências, cita as atribuições do Professor Coordenador Pedagógico na Educação Infantil e no Ensino Fundamental:

- a. coordenar a elaboração da Proposta Pedagógica da Escola;
- b. elaborar o Plano de Ação da Coordenação Pedagógica, a partir da Proposta Pedagógica da Escola;
- c. assessorar e acompanhar as atividades para efetivação da Proposta Pedagógica quanto ao planejamento, docência e avaliação;
- d. acompanhar o processo de ensino e de aprendizagem, tendo em vista a

continuidade, avaliando e reavaliando as ações pedagógicas;

- e. participar na tomada de decisões relativas à efetivação da Proposta Pedagógica e calendário escolar;
- f. coordenar reuniões pedagógicas e os conselhos de classe;
- g. analisar o histórico escolar dos alunos com vistas a adaptações, e ou regularização da vida escolar;
- h. definir estratégias para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais;
- i. participar na elaboração, execução e avaliação de projetos;
- j. participar da definição de critérios para constituição das turmas e da organização do quadro de pessoal e da carga horária;
- k. participar de reuniões técnico-administrativas e pedagógicas na Escola e da Secretaria Municipal de Educação;
- l. integrar grupos de trabalho e comissões;
- m. sistematizar os estudos de recuperação de alunos em conjunto com a direção, professores e orientador das relações humanas;
- n. participar no processo de integração família-escola-comunidade escolar e local.

As funções e atribuições foram descritas por diversos autores, mas Alves e Garcia (1990, p.30) ainda complementam:

Uma das funções específicas da Supervisão Escolar é a socialização do saber docente, na medida em que a ela cabe estimular a troca de experiências entre os professores, a discussão e a sistematização da prática pedagógica, que contribuirá para a construção não só de uma teoria mais compatível à realidade brasileira, mas também dos educadores coletivo.

A Coordenação Pedagógica se efetiva no grupo, num trabalho participativo com a comunidade escolar, e desta forma, o trabalho do supervisor merece ser ressaltado, conforme Rangel (1997, p.16):

Todos nós somos desafiados a pensar e a agir de modo mais amplo, no sentido da perspectiva social, e mais fundamentado, no sentido da consistência teórica dos atos. [...] O ensino é um ato educativo e, portanto, social, se o professor é um profissional da educação e, portanto, um agente sociopolítico, se o especialista é um professor e, portanto um educador, a nossa ação educacional estará intrinsecamente comprometida com as questões sociais.

Dentre as atribuições do Professor Coordenador Pedagógico, vale a pena destacar: as questões sobre currículo, avaliação, dinâmica de aulas, elaboração de

materiais e metodologia; decisões sobre atividades extraclasse; decisões sobre estudos do meio; análise de casos disciplinares; avaliação interdisciplinar; uso dos espaços multifuncionais da escola (laboratórios, informática, biblioteca, sala de vídeo); discussões sobre projetos em desenvolvimento; programação de datas comemorativas e eventos. Mas não é só isso, visto que o coordenador pedagógico é um dos principais agentes de viabilização da proposta pedagógica da escola. Porém, em muitas ocasiões, seu papel é minimizado e ele é visto como um “preenchedor” de formulários e tabelas.

Segundo Vasconcellos (2006, p.87), existe ainda uma definição negativa do papel do Coordenador Pedagógico. Segundo ele, o supervisor não é fiscal do professor, “quebra-galho”, “tapa-buraco”, burocrata ou de gabinete. Diz ainda, na definição positiva do papel do supervisor, que a Coordenação Pedagógica é a articuladora do Projeto Político Pedagógico da escola, organizando a reflexão, a participação e os meios para a concretização do mesmo, de tal forma que a escola possa cumprir sua tarefa de propiciar que todos os alunos aprendam e se desenvolvam como seres humanos plenos. Essa visão fica clara na fala do Coordenador Pedagógico D sobre suas atribuições na escola:

“É acompanhar, analisar o trabalho desenvolvido da escola fazendo com que o PPP seja realmente aplicado no dia a dia buscando um ensino de qualidade. Trabalhar junto com o professor em equipe.”

Na instituição em que o Coordenador está inserido, também é responsável pela sua gestão. Ao assumir a tarefa de Coordenação, o profissional deve estar preparado para não sucumbir à idealização e rejeição iniciais, ou mesmo no transcorrer do trabalho na instituição. Também deve estar preparado para o diagnóstico da instituição em que trabalha. Não cabe a ele apenas o planejamento, a orientação e o acompanhamento do trabalho pedagógico, mas, paralelamente a isso, a atividade diagnóstica, em seu sentido mais amplo, de análise da instituição. Para tanto, o Coordenador, ou qualquer gestor institucional, deve desenvolver uma capacidade de entendimento das relações interpessoais que extrapole o conhecimento específico sobre as dimensões política e cognitiva do processo educativo. É fundamental uma perspectiva de leitura da dimensão afetiva, de interpretação dos conflitos. Dessa forma, poderá propor estratégias que, de um lado, sejam condizentes com a finalidade explícita da instituição e, de outro, levem em conta suas finalidades implícitas.

Segundo Placco e Almeida (2010, p.142):

Para desenvolver o seu trabalho de coordenação pedagógica, o coordenador precisa desvendar alguns pontos de estrangulamento presentes nas relações ali presentes. As combinações são infinitas, podendo ir de um único sujeito em relação à escola toda, como entre alunos, alunos e professores, entre equipe técnica e professores, inspetores e alunos, merendeiras e secretários, entre outros. Conhecer e fazer são atribuições centrais do professor coordenador.

A identificação de conflitos permite que o foco do trabalho possa ser direcionado adequadamente, evitando o fracasso certo de atividades muito bem

planejadas, mas pouco pertinentes para determinados contextos. Por meio da mediação das relações de seu plano de trabalho, cabe ao Coordenador instrumentalizar o grupo para manejar os conflitos que se apresentem na instituição, favorecendo, assim, o processo de amadurecimento e a construção da autonomia. Em síntese, o projeto de trabalho da Coordenação deve também ancorar-se nos sujeitos reais que, com suas demandas e dinâmicas pessoais, dão vida à instituição.

Também vale a pena salientar a importância deste profissional abrir espaço dentro da instituição para a formação continuada do professor, conforme a fala do Coordenador Pedagógico E:

“Auxiliar, acompanhar o professor tanto no seu planejamento como em sua formação; promover estudos com o quadro docente sobre os principais problemas ou dilemas que ocorrem na escola, principalmente sobre a aprendizagem dos alunos e sobre os alunos com necessidades especiais e dar o suporte necessário no dia-a-dia escolar.”

A função da Coordenação Pedagógica pode ser compreendida também, como um processo em que um professor, em princípio mais experiente e mais informado, orienta outro professor ou candidato a professor no seu desenvolvimento humano e profissional de maneira amigável e humana, não deixando com que a sua imagem seja de alguém onipotente e detentor do saber. Porém, como visto anteriormente, um percentual alto desses profissionais ingressou a menos de 5 anos na função (85%) e 75% não possuem habilitação específica na área. Estes foram questionados sobre a falta de habilitação na área em que atuam conforme a tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Acreditas que a falta de habilitação em Coordenação Pedagógica ou Supervisão Escolar prejudica o teu desempenho na escola? Sim (35%), Não (55%) e Não respondeu (10%)

Não, porque se aprende com a prática	25%
Sim, porque para desempenhar a função é necessária formação	25%
Não, porque é possível se preparar de outras formas	20%
Não, porque tenho habilitação	10%
Sim, pois sem formação apresentei dificuldades	10%
Não respondeu	10%

Fonte: Dados da Pesquisa

Visto que, a função do Professor Coordenador Pedagógico se efetiva na prática e para que essa ação tenha êxito enquanto gestores da aprendizagem e co-responsáveis pela qualidade do ensino é imprescindível um aprendizado contínuo e busca de novas estratégias e caminhos. Para um número significativo desses profissionais, se aprende a exercer a função na prática. Porém, 10% dos Coordenadores Pedagógicos, ressaltam que sem a formação inicial, apresentaram dificuldade ao exercitar a função. Entretanto, renovação, inovação e formação constantes, com muita reflexão, tolerância, diálogo, parceria e participação coletiva, são itens fundamentais no exercício dessa função. O Coordenador Pedagógico exerce um relevante papel na formação do professor e esta importância, deve-se à própria especificidade de sua função, que é planejar e acompanhar a execução de toda a

Proposta Pedagógica da escola, já que ele é um articulador do processo de ensino e aprendizagem.

Então, seguindo nesta linha de pensamento, assim como o professor não deve desistir do aluno, o supervisor não pode desistir do professor. Para que a proposta pedagógica da escola se efetive, é necessário que o coordenador pedagógico realize intervenções. A sua atuação pode ocorrer de maneira diversificada, seja no atendimento individualizado ao professor; orientação individual ou coletiva para o planejamento de sala de aula; coordenação das reuniões pedagógicas; busca de subsídios para os docentes; análise de material didático; estímulo à pesquisa e avaliação da aprendizagem dos alunos.

Para ilustrar a importância da responsabilidade dos Professores Coordenadores Pedagógicos como gestores e articuladores desse processo, Freire (2000, p.57) nos lembra:

A gente acha que a formação do professor vai se dar em um mês, um, dois ou quatro anos. Não existe formação que termina. A formação do professor é contínua, permanente. Porque nesse processo de educar não existe tempo. E toda e qualquer inquietação individual deve ser coletivizada. Essas duas coisas andam juntas. Sempre. Não é possível separar o indivíduo do grupo. Portanto, não existe aquela coisa de eu ditar - ou alguma pessoa do grupo ditar - alguma necessidade. Ele tem de sugerir a ser coletivizada, pois não existe indivíduo sem grupo. Nem grupo sem indivíduo. O saber é construído junto. E aí ele espalha o que eu sei o que eu não sei. Ele me retrata, retrata você. E isso é difícil. Porque viver em grupo não é fácil. Mas eu acho que o ato de educar se dá nele. Fora dele, não há educação.

Os momentos de atuação do Coordenador Pedagógico como agente de formação continuada do professor, são aqueles em que ele se reúne com o conjunto de docentes para discutir questões e problemas pedagógicos, isto é, referentes à sala de aula, ao conteúdo de ensino, ao desempenho dos educandos e ao relacionamento com os alunos. Nessa condição, ele assume um papel de mediador, de orientador do grupo. É fundamental também que o Coordenador Pedagógico concretize também as suas ações no acompanhamento das atividades dos professores em sala de aula, pois isto lhe dá um suporte e embasamento para discutir e analisar os problemas decorrentes desse contexto, em uma perspectiva diferenciada e abrangente. Nas reuniões pedagógicas é preciso ter a prática da sala de aula como referência e fazer uma reflexão sobre ela. Segundo Vasconcellos (2006, p.125) :

Ter a prática como objeto, contudo, não pode significar uma “feira” de relatos de experiências, onde um fala, outro fala, mas não há confronto das práticas, entre si e com o referencial da escola, nada é sistematizado. A prática pela prática não nos leva muito longe. É preciso que seja atravessada pela visão crítica. O processo de mudança da realidade exige a prática (o que muda a realidade é a ação), bem como a reflexão sobre ela (uma vez que não é qualquer ação que produz a mudança que desejamos).

A Coordenação Pedagógica, centrada na formação dos professores indica um redirecionamento do trabalho dos agentes, voltando à atenção para os problemas ocorridos na sala de aula, com os professores e outras questões de dentro e fora da

própria escola, tomando consciência das mudanças sociais e educacionais. Os Coordenadores precisam estar bem preparados, atualizados, dinâmicos e preocupados com o destino dos alunos e com as responsabilidades da escola com a comunidade. A Coordenação é uma função de assessoramento ao trabalho docente e necessita de uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional e o domínio dos conhecimentos (que é o objeto de trabalho com os alunos) e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem.

A Formação Continuada, tanto de docentes quanto dos Professores Coordenadores Pedagógicos também assume particular importância, em decorrência do avanço científico e tecnológico e de exigência de um nível de conhecimentos sempre mais amplos e profundos na sociedade moderna. Ela é parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação, e visará à abertura de novos horizontes na formação profissional. A educação escolar não se reduz a sala de aula e se viabiliza pela ação articuladora entre todos os agentes educativos – docentes, técnicos, funcionários administrativos e de apoio que atuam na escola. Desta forma na tabela 4 podem ser observados os resultados quando, os Professores Coordenadores Pedagógicos foram questionados quanto às reuniões de formação continuada promovidas pela SEMED.

Tabela 4 – De que forma as reuniões de formação continuada promovidas pela SEMED contribuem com a tua prática diária?

Contribui no esclarecimento e reflexão das funções	80%
Contribuem na troca de informações e de experiências	20%

Fonte: Dados da Pesquisa

Segundo Nóvoa (1995, p.26) “o diálogo entre os professores é fundamental para consolidar saberes emergentes da prática profissional.” Essa troca entre os pares é fundamental para a efetivação da Proposta Pedagógica da escola, visto que a construção coletiva beneficia a todos e torna possível uma gestão mais democrática, onde todos têm vez e voz. Na tabela 5, encontram-se os resultados, quando os Professores Coordenadores Pedagógicos foram questionados se as reuniões de formação continuada promovidas pela SEMED são relevantes.

Tabela 5 – Os temas abordados nas reuniões de formação continuada são relevantes? Quais outros assuntos gostarias que fossem tratados na formação continuada da SEMED?

Sim	80%
Não foi claro	15%
Alguns sim	5%

Fonte: Dados da Pesquisa

A fala do Professor Coordenador Pedagógico F, traduz bem essa questão:

“A interação com os demais colegas onde enfrentamos as mesmas dificuldades ou compartilhamos nossas experiências é muito gratificante e não nos sentimos sozinhos, sabemos que podemos contar com o apoio dos nossos coordenadores.”

Tabela 6 – Realiza uma autoavaliação de sua atuação como Professor Coordenador Pedagógico na Rede Municipal de Ensino

Tento desempenhar adequadamente a função na medida do possível	45%
Desenvolvo a função de forma adequada	40%
Tenho limitações de conhecimento, contudo me esforço no desenvolvimento da função	15%

Fonte: Dados da Pesquisa

Assim, foi possível constatar que, segundo os Professores Coordenadores Pedagógicos que atuam nas escolas municipais de Uruguaiana/RS, exercem suas funções da melhor maneira possível, independentemente de possuírem habilitação específica na área ou não. São profissionais que se esforçam para atuarem de maneira a atender as demandas existentes nas escolas.

Partindo das atribuições previstas em Lei Municipal e analisando as respostas obtidas através do questionário aplicado aos Coordenadores Pedagógicos, percebe-se que a visão que os mesmos têm de suas funções dentro das unidades escolares, ainda é limitada. As demandas da função dos Professores Coordenadores Pedagógicos são inúmeras. Além das questões de cunho burocrático, enfatiza-se que a ação da Coordenação Pedagógica é, segundo Vasconcellos (2006, p.87) articular o Projeto Político Pedagógico da escola, organizando a reflexão, a participação e os meios para a concretização do mesmo, de tal forma que a escola possa cumprir sua tarefa de propiciar que todos os alunos aprendam e se desenvolvam como seres humanos plenos, partindo do pressuposto de que todos têm direito e são capazes de aprender.

4 Conclusões

Esta investigação traçou o perfil dos Professores Coordenadores Pedagógicos que atuam na Rede Municipal do município de Uruguaiana/RS, destacando as atribuições deste profissional, suas dificuldades e também as contribuições das reuniões promovidas pela SEMED em suas práticas.

O mundo em que vivemos vem apresentando mudanças e transformações em todos os âmbitos e as escolas vêm enfrentando desafios de todas as ordens: política, social, estrutural, etc. e isso reflete no trabalho desenvolvido em sala de aula e na atuação do Professor Coordenador Pedagógico. Na realidade educacional contemporânea, há uma necessidade dos supervisores-educadores serem críticos e transformadores, diante das aceleradas mudanças sociais e das novas configurações sobre educação. O trabalho do Coordenador Pedagógico é extremamente importante, mas também é um desafio, principalmente no que diz respeito à formação continuada do professor como uma das condições primordiais na melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Ao analisar as atribuições deste profissional, o percebemos como responsável pelo planejamento, organização e operacionalização do trabalho pedagógico

desenvolvido pelos professores e isto é um desafio, bem como construir a sua liderança com base nas relações saudáveis e nos princípios da ética profissional.

Tendo em vista esse desafio, o papel do Coordenador Pedagógico revela-se fundamental, pois além de ser essa liderança técnico-pedagógica, é também um dos principais articuladores do PPP da escola em que atua. Na verdade, além de ser articulador do PPP da escola, também é um mobilizador de toda a equipe escolar, vivenciando as suas atividades para a melhoria do fazer pedagógico da escola. Sua atuação deve ser voltada para o coletivo, promovendo reuniões para a formação continuada de seus educadores, sempre com vistas à qualificação e melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Dentre os desdobramentos de sua função, há necessidade do Coordenador Pedagógico interagir com o seu grupo harmoniosamente seja através de conversas, seja através de um acompanhamento efetivo, reuniões pedagógicas sistemáticas, apoio e auxílio para sanar as dificuldades do professor. Nesta visão transformadora da Coordenação Pedagógica que todos desejamos, é aquela que integra os planos político e social, com vistas à melhoria do ensino e uma qualificação da aprendizagem. Percebeu-se então, que são vários os problemas enfrentados por estes profissionais, até mesmo porque muitos professores possuem a ideia de que os Professores Coordenadores Pedagógicos são “fiscais” da prática que estes realizam em suas salas de aula.

Desta forma, a ação dos Professores Coordenadores Pedagógicos se dá tanto no contato e mediação direta com o docente, quanto com a administração da escola e com a comunidade na qual a instituição está inserida, visto que a comunidade e o meio social é um dos fatores importantes que influenciam na aprendizagem dos alunos.

Em suma, a escola precisa adaptar-se às mudanças que ocorrem a todo tempo em nossa sociedade. E como o Professor Coordenador Pedagógico pode fazer isso de uma forma criativa, entusiástica, fundamentada e consciente de sua função social? Preparando os seus professores, motivando-os e fazendo com que se percebam parte de um todo, responsáveis pela sua prática e pelo conjunto do trabalho desenvolvido.

Então é este um dos principais desafios da ação destes profissionais: formar-se para poder formar, servir para poder liderar e agir para poder transformar.

5. Referências Bibliográficas

ALVES, N.; GARCIA, R. L. **O Fazer e o Pensar dos Supervisores e Orientadores Educacionais**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: [s.n.], 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pneconhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2016.

CULTURAL, L. **Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Cultural, 1992. 513 p.

FREIRE, P. **Educação: O Sonho Possível**. In: BRANDÃO, C. R. (Ed.). *O Educador: Vida e Morte*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

MEDINA, A. da S. **Supervisor Escolar: Parceiro Político Pedagógico do Professor**. In: *Nove Olhares Sobre a Supervisão*. 14. ed. Campinas: Papyrus, 1997. cap. 1, p. 9 – 35.

NÓVOA, A. **Vidas de Professores**. 1. ed. Cidade do Porto: Porto Editora, 1995.

PLACCO, V. M. N. de S.; ALMEIDA, L. R. de. **O Coordenador Pedagógico e o Cotidiano da Escola**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

RANGEL, M. **Nove Olhares sobre a Supervisão**. Campinas: Papyrus, 1997.

SILVA, T. **O que se esconde por trás de uma nuvem de palavras?** 2013. On line. Disponível em: <<http://tarciziosilva.com.br/blog/o-que-se-esconde-por-tras-de-uma-nuvem-de-palavras/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

URUGUAIANA. **Lei Municipal 4.111/12**. Estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Uruguaiana que institui o respectivo Quadro de Cargos e Funções e dá outras providências. Uruguaiana: [s.n.], 2012.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do Projeto Político Pedagógico ao Cotidiano da Sala de Aula**. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

Apêndice C: Normas da Revista Temas em Educação

Diretrizes para Autores

Normas para publicação: Revista Temas em Educação

TEMAS EM EDUCAÇÃO prioriza colaborações inéditas.

As traduções, submetidas à publicação, devem ser acompanhadas de autorização, por escrito, do autor do trabalho original e do editor.

Os conceitos e opiniões emitidos pelos autores são de sua exclusiva responsabilidade.

Os originais recebidos são submetidos à apreciação da Comissão e/ou *referees ad hoc*, cabendo à Comissão Editorial a decisão final da publicação dos originais, adotando-se, em qualquer circunstância, o sistema de *blind review*.

Os originais enviados devem estar de acordo com as normas específicas da seção a que se destinam.

Os originais aceitos e publicados tomam-se propriedade de **TEMAS EM EDUCAÇÃO**, sendo vedada sua reprodução total ou parcial, sem a devida autorização da Comissão Editorial, exceto para uso de estudo e pesquisa.

Os originais devem ser escritos em português ou espanhol, e, excepcionalmente, a critério da Comissão Editorial, em inglês ou francês.

O Editor se reserva o direito de introduzir eventuais alterações nos originais, de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com o fim de manter a homogeneidade e qualidade da publicação, respeitados o estilo e as opiniões dos autores, sem que seja necessário submeter essas alterações à aprovação dos autores.

Os autores e co-autores recebem, cada um, um exemplar do fascículo que contém o seu artigo.

As provas tipográficas não são enviadas aos autores.

TEMAS EM EDUCAÇÃO pode comercializar espaço para publicidade de produtos e serviços vinculados direta ou indiretamente com o desenvolvimento da área de educação.

TEMAS EM EDUCAÇÃO deve publicar, a cada cinco anos, a partir do ano 2004, um índice cumulativo de autor/co-autor, título e assunto.

Eventualmente, **TEMAS EM EDUCAÇÃO** pode publicar fascículos temáticos ou que condensem trabalhos apresentados em eventos técnico-científicos no âmbito do PPGÉ.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

- Os originais encaminhados a **TEMAS EM EDUCAÇÃO** podem ser incorporados às seguintes seções:

Artigos de revisão: representam esforço de integração dos conhecimentos alcançados numa determinada área em determinado momento. Propiciam visão panorâmica e seletiva dos resultados acumulados ao longo do tempo e fornecem análise crítica consistente capaz de suscitar novas pesquisas e perspectivas.

Comunicações de trabalhos/pesquisas em andamento: reúnem informações sobre projetos e pesquisas em andamento ou recém-concluídos, centrados na descrição do tema, na apresentação e discussão de experimentos, nas observações, e nos resultados, mesmo parciais; ou sobre experiências profissionais desenvolvidas em educação e áreas afins.

Memórias científicas originais: contêm informações científicas originais, com tal nível de detalhamento, que contribuem para ampliar o conhecimento até então estabelecido ou favorecer a compreensão de determinado problema.

Pontos de vista/notas/comentários: comportam observações, opiniões, críticas, ponderações, explicações sobre temas de interesse do público-alvo, tais como aspectos da política educacional no âmbito nacional e internacional; notas sobre cursos e programas institucionais; avaliações de caráter científico sobre eventos na área etc.

Relatos de experiência: repassam experiências profissionais ou descrevem atividades de interesse para os leitores, quer tenham sido bem ou mal sucedidas, evitando que outros pesquisadores repitam idêntica trajetória no caso de experiências sem êxito, o que contribui para o conhecimento do tema explorado.

Relatos de pesquisa: são relatos completos de estudos ou pesquisas, mas em contraposição à memória científica original, não provocam alterações no repertório dos conhecimentos estabelecidos.

Resenhas: configuram-se como apreciação e análise crítica e interpretativa de obras recém-lançadas, cabendo ao resenhista toda a liberdade de julgamento.

Resumos de dissertações e teses: restringem-se aos resumos das dissertações e teses defendidas tão somente no âmbito do PPGEIUFPA. Face ao julgamento prévio da Banca Examinadora, estão isentos da avaliação pela Comissão Editorial, e são transcritos dos originais das dissertações.

- Quando do encaminhamento, os autores podem sugerir a inclusão dos seus originais numa das seções acima descritas, obedecendo, então, à limitação de laudas:

ü **artigos de revisão** - máximo de 30 laudas;

ü **comunicações de trabalhos/pesquisas em andamento** - *máximo de 10 laudas;*

ü **memórias científicas originais** - máximo de 25 laudas;

ü **pontos de vista/notas/comentários** - máximo de 10 laudas; **relatos de experiência** - *máximo de 15 laudas*;

ü **relatos de pesquisa** - máximo de 15 laudas;

ü **resenhas** - máximo de três laudas.

- Os originais encaminhados a **TEMAS EM EDUCAÇÃO** devem seguir as normas da *Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)*, especialmente as que seguem:

ü NBR 6022 - Apresentação de artigos de publicações periódicas

ü *NBB 6023 - Referências*

ü NBR 6024 - Numeração progressiva das seções de um documento

ü NBR 6028 - Resumos

ü NBR 10520 - Apresentação de citações em documentos NBR 12556 - Apresentação de originais

- O texto deve ser submetido á Revista, utilizando os arquivos *word* ou *rtf*, com as seguintes especificações: papel tamanho A4 (21cm X 29,7cm), espaço 1.5, margens laterais de, aproximadamente 3 cm, com páginas numeradas consecutivamente no canto superior direito. O texto não deve ser identificado, deve conter o título em português e inglês. No caso dos artigos de revisão, memórias científicas originais e relatos de pesquisa, também devem apresentar resumo e *abstract* acompanhados das respectivas palavras-chave e *key-words*.
- As **ilustrações** - figuras, gráficos, quadros, tabelas, fluxogramas, desenhos, etc. -, com seu respectivo número de ordem e título, devem ser utilizadas somente quando indispensáveis à clareza do texto, mediante a menção da fonte original, quando publicadas anteriormente.
- As **notas** de rodapé ou notas no final do texto devem ser evitadas. Somente na primeira página, recomendam-se as notas de rodapé para indicar auxílios recebidos, origem do trabalho, apresentação em eventos ou notas similares, quando necessário.
- Os **agradecimentos** a auxílios recebidos pelo(s) autor(es) podem ser mencionados ao final.